
PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS, FORMAÇÃO POLÍTICA E ENFRENTAMENTO AO RACISMO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA (DOSSIÊ LEAFRO 10 ANOS – VOLUME II)

"Se quiser chegar rápido, vá sozinho. Mas, se quiser ir longe, vá com muitos"

(Provérbio Africano)

Apresentação

Este número é o segundo volume da publicação especial da Revista Ensaios e Pesquisas em Educação e Cultura – REPECULT, que em forma de um dossiê temático reúne um conjunto de reflexões, teóricas e empíricas, partir da seleção dos trabalhos acadêmicos apresentados na *V Jornada Leafro 10* realizada no ano passado (2017), em celebração aos dez anos de atuação efetiva do Laboratório de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (LEAFRO-NEAB-UFRRJ) na luta contra o racismo em suas variadas dimensões (individual e institucional) e em defesa das ações afirmativas, dentro e fora da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Com o título “Produção de conhecimentos, formação política e enfrentamento ao racismo na educação brasileira” o dossiê reúne dezoito artigos selecionados conforme critérios da revista e a relevância dos conteúdos, distribuídos em dois volumes. Trata-se de um tema relacionada a formação política e a produção do conhecimento no enfrentamento ao racismo, sobretudo na educação brasileira, e que diz respeito às razões históricas da existência dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e grupos correlatos com diferentes denominações e espalhados em mais de 120 Instituições de Ensino Superior por todo país, em particular nas universidades públicas.

Portanto, não estamos sós! Por trás de nossas ações existe um conjunto de sentidos, razões e significados que motivam e nos trouxeram até aqui e que precisam ser conhecidos por todos/as.

Os NEABs e a luta epistemológica contra o racismo

Os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs) e os diferentes grupos correlatos espalhados em várias instituições de ensino no país, derivam do processo de democratização do Estado, criado a partir do contexto de luta e reivindicações do

Movimento Negro diante da necessidade do aprofundamento do debate sobre as questões raciais e da importância de ampliação dos espaços políticos, institucionais e acadêmicos para negros(as) descendentes de africanos escravizados no Brasil. Nesse cenário, professores/as negros/as, qualificados nos cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), integrando-se ao corpo docente de algumas universidades criaram grupos, laboratórios, centros ou núcleos de estudos e pesquisas voltados para o desenvolvimento da temática sobre as relações étnico-raciais nas várias áreas acadêmicas e campos da ciência.

Após a Marcha do Movimento Negro de 1995¹, que pautou no contexto das suas reivindicações as políticas por ações afirmativas, ativistas negros/as em diferentes espaços institucionais, sobretudo nas universidades públicas e órgãos do governo federal, empreenderam movimentos institucionais distintos, porém complementares, no combate ao racismo e à discriminação racial. Um desses movimentos foi o processo de preparação para participação brasileira (representantes do governo brasileiro e do movimento negro nacional) na III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, em 2001, na cidade de Durban, na África do Sul. Nesse processo, a proliferação e atuação dos NEAB e grupos correlatos ocorre e se soma, em concomitância, com a criação de espaços ou fóruns acadêmicos mais abrangentes sob a perspectiva institucional e concentração de força política, como o Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros (COPENE)², a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN)³ e o Consórcio Nacional de NEABs (CONNEAB)⁴, cujas pautas estão centradas nas discussões, debates, propostas de temáticas relacionadas à questão étnico-racial e às ações afirmativas no campo da formação universitária, da produção do conhecimento científico e das políticas públicas, principalmente na área de educação (SISS, BARRETO e FERNANDES, 2013)⁵.

¹ Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, Pela Cidadania e a Vida, em Brasília.

² O I Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as foi realizado entre os dias 22 e 25 de novembro de 2000 em Recife (Pernambuco).

³ Constituída em 2002, no II Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as, realizado entre os dias 25 e 29 de agosto, na cidade de São Carlos (São Paulo).

⁴ O CONNEAB foi criado no ano de 2004 a partir de um acordo de cooperação entre os NEABs. Importante destacar aqui nesse processo de proliferação dos NEABs a Comissão Técnica Nacional de Diversidade para Assuntos Relacionados à Educação dos Afro-Brasileiros (CADARA) como um dos espaços e fórum político nos quais a questão étnico-racial tem sido discutida, debatida e demandada. Soma-se a esses espaços nesse momento o Conselho Nacional de Educação (CNE) d Conferência Nacional de Educação (CONAE, 2010), nos quais a questão étnico-racial tem sido discutida, debatida e demandada.

⁵ SISS, Ahyas; BARRETO, Maria Aparecida dos Santos C.; FERNANDES, Otair. *Processos formativos e as contribuições dos núcleos de estudos afro-brasileiros da UFES e da UFRRJ*. TEIAS (RIO DE JANEIRO. IMPRESSO). , v.14, p.6 - 20, 2013.

Esses espaços e fóruns se tornaram *locus* privilegiados de aglutinação, articulação, debates, propostas de estudos e pesquisas de intelectuais negros(as) e não negros(as) que atuam com a temática das relações raciais no ambiente acadêmico e não acadêmico. Em outras palavras, constituíram-se em espaços de concentração e circulação de negros intelectuais, isto é, pesquisadores de origem ou ascendência negra que carregam uma ética da convicção da luta antirracismo adquirida ou incorporada do movimento negro e um *ethos* acadêmico-científico ativo, e se posicionam em prol da igualdade racial e de políticas de promoção dessa igualdade no ambiente universitário e fora dele (SANTOS, 2008)⁶.

Através desses espaços, os/as ativistas acadêmicos/as negros/as potencializaram suas ações visando:

- a) chamar a atenção para a diversidade, o crescimento numérico e a qualidade da produção acadêmica relacionada à situação dos afro-brasileiros;
- b) denunciar a persistência de barreiras e a ausência dos meios materiais de suporte ao desenvolvimento de pesquisas pretendidas pelos(as) pesquisadores(as) negros(as);
- c) congregar e fortalecer laços entre pesquisadores(as) que tratem da problemática racial, direta ou indiretamente, ou se identifiquem com os problemas que afetam a população negra e, principalmente, estejam interessados em seu equacionamento não apenas teórico;
- d) rever, recriar, ressignificar a participação dos negros(as), bem como sua experiência coletiva distinta na história passada e presente do Brasil;
- e) intensificar a luta antirracista com a adoção de cotas para negros nos diferentes espaços institucionais, em particular nas Instituições de Ensino Superior (IES);
- f) pontuar uma agenda de estudos e pesquisas diversificada: Ações Afirmativas e Movimentos Sociais; Relações Étnico-Raciais, Gênero e Diversidade; Processos Identificatórios, Relações Raciais e Educação Escolar; Construção de Identidade Negra no Brasil; Violência e Questão Racial; Infância Negra e Educação; Educação e Africanidades; Relações Étnico-Raciais nos Currículos da Educação Básica; Literatura e outras expressões artísticas afro-diaspóricas; Representação do negro; Memória, Patrimônio e Identidade Negra; Cultura e História da África e da Diáspora; Movimentos Sociais Negros; Poder, cultura e política na perspectiva das Relações

⁶ SANTOS, Sales Augusto dos. De militantes negros a negros intelectuais. *Congresso Português de Sociologia VI 2008*. Anais. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2008.

Étnico-Raciais; Educação, Gênero e Diversidade; Cultura, Memória e História das Populações Negras; Artes, Literatura e Linguagens; Comunidades Tradicionais, Religiosidades e Territorialidades; África e Africanidades na Diáspora; Direitos Humanos e Saúde da População Negra; Políticas públicas de implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais; Raça, Poder e Desenvolvimento.

Os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros se destacam por se constituírem em espaços que congregam negros/as intelectuais no âmbito das universidades, assumindo papel de sujeitos coletivos, isto é, de sujeitos orgânicos na construção e difusão de conhecimentos por eles produzidos sobre as questões relacionadas aos afro-brasileiros (filhos da diáspora africana nascidos no Brasil – vide SISS, 2003)⁷, ao povo negro e as culturas de matriz africana. Nesses espaços institucionalizados, pesquisadores/as identificam conhecimentos, expressões e formas de pensar, de estar no mundo, concepções, linguagens e pressupostos não hegemônicos.

Desta forma, esse perfil de professores/as pesquisadores/as contribuem para uma discussão sobre os processos de produção e difusão de conhecimentos intrinsecamente ligados às lutas históricas empreendidas pelas populações negras nas Diásporas Africanas contra o racismo e as desigualdades raciais, nos espaços de religiosidades, nos quilombos, nos movimentos negros organizados, na imprensa, nas artes e na literatura, nas escolas e universidades, nas organizações não-governamentais, nas empresas e nas diversas esferas estatais. Neles, a intelectualidade negra se organiza e atua coletivamente. Os trabalhos desenvolvidos pelos NEABs nos campos da pesquisa, do ensino e da extensão no interior das universidades por todo país os distinguem dos demais espaços e os caracterizam como sujeitos ativos e coletivos no contexto da luta ideológica contra o racismo. Sabemos que o racismo atua como ideologia dominante e que ele está difundido por toda a sociedade, inclusive dentro da universidade enquanto um sistema de valores culturais que impregna, penetra, socializa e integra o sistema social como um todo. Nesse terreno, os NEABs ganham cada vez mais importância e significado como espaços de formação política com caráter pedagógico e de produção do conhecimento contra-hegemônico. Ao combater o racismo do ponto de vista epistemológico, esses Núcleos, ao mesmo tempo, combatem o

⁷ SISS, A. *Afro-brasileiros, Cotas e Ação Afirmativa: razões históricas*. Rio de Janeiro, Quartet, 2003.

racismo institucional atuando de forma efetiva nas diferentes instâncias e órgãos que compõem a estrutura universitária e as relações de poder institucionalizado.

Ao realizarem estudos e pesquisas específicas sobre a temática étnico-racial, os NEABs assumem a questão racial como uma questão cultural, social, política e ideológica demandada na luta contra o racismo institucional na universidade, desencadeando um tipo de produção do conhecimento distinto do que até então vem sendo produzido no meio acadêmico, extrapolando a tendência ainda hegemônica no campo das ciências humanas e sociais de produzir conhecimento sobre os movimentos e seus sujeitos. Trata-se de um tipo de conhecimento articulado às vivências dos negros intelectuais como sujeitos nos (e com) os movimentos sociais (GOMES, 2010)⁸. Nesse tipo de conhecimento, a parceria com os movimentos sociais, em particular com o movimento negro, é de fundamental importância na sua produção e na criação de um novo olhar sobre as ciências.

Atualmente, os vários Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs) e grupos correlatos com inúmeras denominações, espalhados por cerca de 120 universidades em todo território nacional⁹, tem buscados mapear, problematizar, analisar e produzir conhecimento com objetivo de dar visibilidade a subjetividades, desigualdades, silenciamentos e omissões em relação a determinados grupos sociais e raciais e suas vivências, articulando militância política e a produção do conhecimento sobre a realidade étnico-racial brasileira a partir da própria vivência racial de integrantes (negros e não negros), contribuindo para uma mudança do olhar da ciência sobre a realidade brasileira. Porém, esse processo não ocorre sem tensões e contradições. A presença dos NEABs e da produção acadêmica de seus ativistas nas universidades, por um lado, geram tensões que (a) enriquecem e problematizam as análises até então construídas sobre o negro e as relações raciais no Brasil, (b) ameaçam territórios historicamente demarcados dentro do campo das ciências sociais e humanas e (c) trazem elementos novos de análise e novas disputas nos espaços de poder acadêmico (*Idem*).

Por outro lado, esses espaços também geram contradições e tensões próprias. Negros/as pesquisadores/as precisam responder às exigências de uma produtividade e titulação com base em critérios de uma meritocracia forjada pela própria academia a partir

⁸GOMES, Nilma Lino. *Intelectuais negros e produção do conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira*. In SANTOS, Boaventura de Souza; MENEZES, Maria Paula (Orgs.). *Epistemologia do Sul*. São Paulo Cortez, 2010.

⁹ Segundo o site <https://www.abpn.org.br/consorcio-de-neabs> existem atualmente 120NEABs e grupos correlatos vinculados a ABPN e ao CONNEABS, em diferentes Instituições de Ensino Superior. Apesar de inicialmente criados apenas no ensino superior, recentemente os NEABs estão em Instituições de Ensino Básico como o Colégio Pedro II e o DEGASE, no Estado do Rio de Janeiro.

dos valores e racionalidade do mundo ocidental, capitalista e liberal, ao mesmo tempo, que carregam o compromisso político e ideológico da luta antirracista em conjunto com a necessidade de formar e produzir conhecimentos que questionem a lógica dessa produção acadêmica meritocrática. Por excelência, os NEABs constituem espaços para uma atuação orgânica e contra-hegemônica desse tipo de intelectual.

No campo da educação, a atuação dos NEABs tem sido mais efetiva e pró-ativa com algum sucesso, dentro e fora das universidades, merecendo destaque a formação continuada de professores mediante a realização de cursos de extensão, aperfeiçoamento e Pós-Graduação *Lato Sensu*, seminários, simpósios, ciclos de palestras e debates, pesquisas, dentre inúmeras outras ações desenvolvidas, também, no espaço da Pós-Graduação *Stricto-Sensu*. Tais ações visam prioritariamente a implementação, implantação e institucionalização da Lei 10.639/2003, das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História da Cultura Afro-Brasileira e Africana (Resolução CNE/CP 01/2004 e Parecer do CNE/CP Nº 03/2004), bem como o Plano Nacional de Implementação dessas Diretrizes (2009).¹⁰

O Leafro-Neab-UFRRJ: realizações e intervenções

No âmbito da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, o Leafro desde a sua criação, no ano de 2006, busca atingir os seus objetivos e cumprir suas funções acadêmicas funcionando a partir do Instituto Multidisciplinar, no Campus da cidade de Nova Iguaçu, onde se localiza sua sede administrativa. Desenvolve suas ações e intervenções no sentido de produzir, incentivar e apoiar a produção e a difusão de conhecimentos novos nas áreas dos estudos Afro-Brasileiros e da educação em consonância com o que é preconizado pela Lei 10639/03. Sua relevância institucional se prende ao fato da formação de professores em perspectiva multi, ou intercultural, se constituir como um dos principais desafios contemporâneos colocados para os diferentes cursos de licenciaturas e de especialização, cuja solução é fortemente demandada pela

¹⁰ Os NEABs atuam também em outros espaços institucionais importantes como na Associação Nacional de Pós-Graduado em Educação (ANPEd), principalmente através do Grupo de Trabalho (GT) 21 intitulado Educação e Relações Étnico-Raciais, criado em 2001, na 24ª Reunião Anual. Atuam no acompanhamento de políticas de ação afirmativa no interior das IES nos cursos de graduação e de pós-graduação, sobretudo, pós Lei 12.711/2012 conhecida como lei das cotas. Atualmente a atuação em comissões ou bancas de verificação da autodeclaração ou heteroidentificação em concursos públicos e em ingressantes para os cursos de graduação e de pós-graduação tem sido a mais recente demanda e atuais desafios para atuação desses núcleos.

educação brasileira, bem como por professores dos municípios que formam a chamada Baixada Fluminense, de acordo com levantamento preliminarmente realizado.

Desde a sua institucionalização (2007), o Leafro tem se constituído em espaço acadêmico de formação, produção, difusão e divulgação de estudos e pesquisas sobre temas relacionados à educação para as relações étnico-raciais, história da África, ensino da cultura afro-brasileira e indígena, na perspectiva preconizada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional (LDBEN), em particular no seu artigo 26a que trata da obrigatoriedade do estudo da história e da cultura afro-brasileira e indígena, a partir das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 e suas Diretrizes Nacionais Curriculares.

Soma-se a isso, a implementação e acompanhamento das políticas de ações afirmativas na UFRRJ. Portanto, um ambiente acadêmico marcado pela riqueza da diversidade onde pesquisadores/as e grupos de pesquisas pertencentes a diferentes cores e identidades étnico-racial, cultural, geracional, de gênero, orientação sexual, classe social e credo religioso (ou não), bem como integrantes dos movimentos sociais negros e indígenas proporcionam (coletivamente ou não) o desenvolvimento de ações propositivas no campo acadêmico com caráter multi/inter/transcultural com um ponto em comum: a luta antirracista e contra as desigualdades étnico-raciais em todas as suas dimensões.

As ações e intervenções efetivadas pelo LEAFRO-NEABI-UFRRJ apontam para a possibilidade de se interferir, com sucesso, em uma sólida formação inicial e continuada teórico-prática da formação de professores, que lhes permita o reconhecimento de que o racismo e as desigualdades sociais e culturais são produções estruturais políticas históricas que contribuíram e contribuem para a exclusão da população negra, em condições de minoria, dos bens construídos socialmente, de forma que todos os professores possam ser levados a assumir a responsabilidade com a educação de todos os alunos, transformando as práticas pedagógicas excludentes em trabalho educativo antirracista no Brasil.

Nesse sentido, vale destacar as realizações do Leafro até o momento:(a) I Censo Institucional da UFRRJ (2010); (b) três Cursos de Extensão com o tema Afro-Brasileiros, Desigualdades Raciais e Educação no Brasil (2007, 2008 e 2009); (c) duas Conferências sobre Afro-Brasileiros e Educação (2008 e 2010); (d) três Cursos de Pós-Graduação *Lato-Sensu*, sendo dois em Diversidade Étnica e Educação Brasileira (2009 e 201) e um em Promoção da Igualdade Racial nas Escolas (2014); (e) Cinco Jornadas Leafro (2007, 2008, 2014, 2015 e 2017); (f) duas Conferências Nacional Leafro - Afro Brasileiros, Relações Étnico-raciais e Educação (2007) e Políticas de Cotas Étnicas e de Ação

Afirmativa (2008); (g) 1º Ciclo de Debate sobre Educação das Relações Étnico-raciais – ERE (2011); (h) I Seminário Regional Diversidade e Superação do Racismo: Ações, Críticas e Perspectivas da Educação das Relações Étnico- Raciais na Baixada Fluminense (2012); (i) Seminário Democratização do Acesso ao Ensino Superior e as Ações Afirmativas nos três *campi* da UFRRJ (2012); (j) solicitação do Título de Doutor *Honoris Causa* concedido em 2012 ao pesquisador, escritor e compositor Nei Lopes; (l) criação do Observatório das políticas de democratização de acesso e permanência na educação superior da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PROEXT 2014); (m) Encontro do Observatório das Políticas de Democratização de Acesso e Permanência na Educação Superior – OPAA – “*A democratização do acesso e permanência no ensino superior e as ações afirmativas*”, em 05 de dezembro de 2014; (n) realizador e coorganizador do I Congresso Brasileiro de Pesquisadoras(es) Negras(os) da Região Sudeste - Copene Sudeste - “*Os Neabs no Cenário Educacional Contemporâneo: Relações e Interseções Identitárias*”, de 06 a 08 de agosto de 2015, na UFRRJ campus Nova Iguaçu/Instituto Multidisciplinar; o) coorganizador do Primeiro Fórum Internacional Diálogos da Diáspora Africana nas Américas, fruto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Departamento de História e Filosofia da *University of the West Indies* (UWI), *campus Cave Hill*, Barbados e o Laboratório de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), campus Nova Iguaçu, em maio de 2016.

Na maioria das vezes, essas e outras ações são direcionadas para um público alvo formado por profissionais da educação básica, em suas diferentes funções na rede pública de ensino (sala de aula, gestão, coordenação, outras), e estudantes dos vários cursos de graduação e pós-graduação da UFRRJ e outras IES do Estado do Rio de Janeiro, em particular da Baixada Fluminense.

O trabalho formativo realizado pelo Leafro tem tido como foco a formação de professores especialistas capazes de produzir e de difundir conhecimentos novos nas áreas da educação e dos estudos Afro-Brasileiros, em consonância com o que é preconizado pela Lei 10.639/03, intervindo no processo de formação de professores, no aspecto inicial e continuado, e na modalidade presencial. Sua relevância se prende ao fato de ser este um dos principais desafios contemporâneos colocados para os diferentes profissionais da educação brasileira contemporânea e cuja solução é fortemente demandada pela educação brasileira em todos os seus níveis. Porém, nos últimos anos, com a exigência de criação de comissões de heteroidentificação para candidatos às cotas para ingresso no ensino

superior, também para ingresso via concurso para servidores/as públicos, a presença de pesquisadores deste laboratório tem sido mais freqüente.

Acreditamos que a formação de professores, inicial e continuada, voltada para uma prática pedagógica eficiente no âmbito de sociedades diversificadas por classe social, etnia, cultura, gênero e idade constitui-se em importante desafio contemporâneo que precisa de respostas positivas urgentes. Além disso, este tipo de curso pode contribuir significativamente no processo de superação desse importante desafio propiciando preferencialmente, aos professores, bem como aos demais cursistas, uma transformação qualitativa e positiva de sua práxis pedagógica, no que diz respeito à educação das relações étnico-raciais na escola e na sociedade abrangente, qualificando a prática docente desses profissionais da educação e ampliando sua formação inicial.

Através dos cursos de extensão e de pós-graduação *lato sensu*, o Leafro tem atuado preferencialmente na formação continuada de professores da rede pública dos Municípios da Baixada Fluminense, de demais profissionais graduados em qualquer área do conhecimento, enfocando as relações entre educação, prática docente e diversidade étnico-racial, tal qual explicita o Parecer CNE/CP 3/2004, a Lei 10639/03 e a Lei 11645.

Além disso, o Leafro atua em parcerias com grupos de pesquisas diversos, órgãos públicos e privados, programas institucionais, movimentos sociais negros, entre outros. Seus pesquisadores/as estão vinculados aos programas de pós-graduação *stricto sensu*, como o PPGEDUC - Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (2009) e o PPGPACS - Programa de Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade (2017). Atuando nesses programas, professores/as pesquisadores/as do LEAFRO dão continuidade no desenvolvimento de seus estudos e pesquisas direcionados para a produção e divulgação de conhecimentos acadêmicos na confluência das áreas temáticas das desigualdades, diversidades étnico-raciais, cultura e educação. Em nível da pós-graduação *lato sensu*, o LEAFRO realizou parcerias com o MEC que proporcionaram intervenções no processo de formação de professores (inicial e continuada) na região da Baixada Fluminense numa perspectiva multicultural e nas modalidades presencial e a distância, mediante a realização dos cursos de especialização em promoção da igualdade racial nas escolas, do UNIAFRO - Programa de Ações Afirmativas para a População Negra nas Instituições Federais e Estaduais de Educação Superior.

A intervenção deste Laboratório no campo das políticas de ação afirmativa tem ocorrido no acompanhamento dessas ações na UFRRJ e em outras universidades públicas

na região sudeste no contexto na democratização do acesso e a permanência com sucesso dos universitários beneficiários destas políticas. A participação ativa nas discussões internas e nas bancas de verificação da autodeclaração, bem como a criação do OPAAS - Observatório das Políticas de Democratização de Acesso e Permanência na Educação Superior, iniciada na UFRRJ e ampliada para outras universidades do Sudeste, tem proporcionado colocam em questão a forma como as universidades brasileiras e a nossa (UFRRJ) tem implementado as políticas de cotas, a partir da Lei 12.711/2012 e a necessidade de ampliação destas políticas para os programas de pós-graduação.

Através dessas e outras intervenções, como publicações (física e eletrônica), cursos de extensão, conferências, jornadas, seminários, ciclo de debates, título de doutor honoris causa para Nei Lopes (compositor, escritor, sambista, poeta, romancistas, dicionarista...), visitas técnicas, realização de encontros regionais e fórum internacional, dentre outras, o LEAFRO busca cumprir suas funções e objetivos produzindo, incentivando, combatendo o racismo institucional e acompanhando as políticas de ação afirmativa.

V Jornada Leafro Dez Anos

As jornadas LEAFRO se destacam nesse cenário de luta por proporcionar um campo de possibilidades na construção de diálogos e interlocução entre diferentes sujeitos-parceiros produtores do conhecimento e da cultura dentro e fora da universidade, cujo foco é a produção voltada para afirmação e valorização da população negra e suas formas e expressões culturais. Nessas jornadas, pessoas, grupos, associações, instituições de diferentes matizes, mas que o interesse comum é a luta contra o racismo e contra qualquer outra forma ideológica de dominação e exclusão com base em preconceitos, se encontram e mostram a riqueza dos seus trabalhos, de forma aproximar e interagir com o ambiente acadêmico e, em decorrência de suas contribuições fortalecer a extensão universitária no que diz respeito ao intercâmbio, troca, diálogo e divulgação dos conhecimentos científicos produzidos nas áreas da educação e das relações étnico-raciais. As jornadas potencializam as ações do Leafro e ampliam suas articulações e parcerias, elevando ainda mais o nome da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro na vanguarda da construção de uma proposta para uma educação na perspectiva multicultural.

Na V Jornada LEAFRO 2017 uma série de atividades, em formatos variados, celebraram os dez anos de luta efetiva do Leafro no enfrentamento ao racismo (individual, institucionalizado e epistemológico), dentro e fora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Este evento extensionista compreendeu uma programação caracterizada pela diversidade temática e pluralidade pelas abordagens teóricas e empíricas, em que experiências de vida e pesquisas acadêmicas se misturaram e dialogaram mediante atividades pedagógicas e culturais diferenciadas em seminários, mesas redondas, oficinas, conferências, mostra e feira, dentre outras. Contou com a participação de pessoas e grupos pertencentes a diferentes cores e identidades étnico-racial, cultural, geracional, de gênero, orientação sexual, classe social e credo religioso, integrantes dos movimentos sociais negros e indígenas proporcionam, individual ou coletivamente, o desenvolvimento de ações propositivas no campo acadêmico e da militância política com caráter multi/inter/transcultural, convergindo para um ponto em comum: a luta antirracista e contra as desigualdades étnico-raciais em todas as suas dimensões.

As Jornadas tem se caracterizado num evento de extensão universitária que proporciona inúmeras possibilidades na construção de diálogos e interlocução entre os diferentes sujeitos, parceiros, produtores ou não do conhecimento acadêmico que desenvolvem ação cultural, dentro e fora da universidade, com foco na afirmação e valorização da população negra, afro-brasileira e de matriz africana, bem como suas diferentes formas e expressões culturais.

Este tipo de ação institucional constitui em espaços de aglutinação de pessoas, grupos, associações, instituições de diferentes matizes, cujo interesse comum é a luta contra o racismo e contra qualquer outra forma ideológica de dominação e exclusão com base em preconceitos. Nas jornadas eles se encontram e mostram a riqueza dos seus trabalhos, de forma aproximar e interagir com o ambiente acadêmico e, em decorrência de suas contribuições, fortalecer a extensão universitária no que diz respeito a troca, o intercâmbio e a divulgação dos conhecimentos produzidos nas áreas da educação e das relações étnico-raciais. Com isso, potencializam as ações do Leafro e ampliam suas articulações e parcerias, elevando ainda mais o nome da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro na vanguarda da construção de uma proposta para uma educação na perspectiva multicultural.

Os artigos deste Volume 2

Abre este segundo o volume, o artigo “A Educação ambiental crítica e o projeto de mitigação em comunidades quilombolas: o caso do projeto QUIPEA”, em que a autora Leonor Franco de Araújo apresenta o Projeto Quipea, Quilombos no Projeto de Educação Ambiental, identificando as principais questões estruturantes dessas comunidades, na inclusão social, por meio da contratação de equipe quilombola local, e no desenvolvimento de processos formativos.

O segundo artigo, sob o título “Entramar histórias contando-se para o outro: a produção de cartas para narrar a pesquisa em educação das relações étnico-raciais”, as autoras Grazielle Lira e Leidiane Macambira utilizam cartas para expor dúvidas e experiências ao longo de suas escritas e lançam o desafio de uma escrita-pensamento na pesquisa sobre educação para as relações étnico-raciais.

No artigo “Crianças, terreiros, máscaras e invisibilidades: narrativas de um candomblé *Bantu* em redes educativas”, terceiro deste volume, o autor Marcos Serra faz reflexão sobre a vinda e permanência desses povos da África austral para o Brasil, na tentativa de perceber, a partir da diáspora africana, a experiência comunitária do terreiro de candomblé, a manutenção das culturas *Kongo-Ngola* e suas aprendizagens, dando ênfase ao aprender/ensinar de crianças e adolescentes desta importante tradição cultural de matriz africana.

No quarto artigo, com o título “Narrativas orais e o legado ancestral afro-brasileiro”, o autor Jorge Gomes Jr reflete sobre a presença de mitos iorubás na literatura para crianças e jovens como possibilidade de criar pontes entre escola e cultura afro-brasileira.

O quinto artigo, “Entre tramas e adornos: O Legado africano de trançar os cabelos por uma perspectiva do patrimônio cultural”, autoria de Luane Bento, aborda as tranças afro como referências do patrimônio da cultura afro-brasileira.

O sexto artigo, “Desafios e perspectivas do Iphan na preservação do Patrimônio Cultural Afro-brasileiro”, da autora Karina Monteiro Lira, mostra os desafios e perspectivas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) na condução da política nacional de preservação do patrimônio cultural afro-brasileiro, a partir das mudanças e estratégias adotadas na trajetória institucional deste órgão federal para o reconhecimento de bens culturais relacionados aos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana (PMAF).

Em “Patrimônio (i)material e cultura afro-brasileira: O apagão histórico intrínseco e o silêncio sobre a invisibilidade de quem de direito”, sétimo capítulo deste volume, a

autora Alessandra Nzinga traz a discussão sobre as perspectivas e desafios do Patrimônio e Cultura numa perspectiva afrocentrada.

No oitavo artigo, “A Proteção do patrimônio cultural dos terreiros de Candomblé no Rio de Janeiro”, a autora Luciane BarbosaSouza apresenta uma reflexão sobre as ações institucionais dos órgãos, federal e estadual, para a preservação do patrimônio cultural dos terreiros de candomblé no estado do Rio de Janeiro.

No último e nono artigo deste volume, cujo título é “Por que Cotas para Negros e Negras na Pós-Graduação?”, as autoras Maria José de Jesus Alves Cordeiro, Cíntia Santos Diallo e Ana Luísa Alves Cordeiro apresentam reflexões sobre o porquê das ações afirmativas na pós-graduação e os principais desafios para a implementação de ações afirmativas/cotas na pós-graduação.

Com as reflexões aqui apresentadas, esperamos proporcionar, de forma especial, leituras diversificadas com temáticas variadas e racialmente referenciadas nas áreas da educação e da cultura, focadas em questões do povo negro, afro-brasileiro e de matriz africana, de forma contribuir para melhor compreensão política e ideológica na luta epistemológica contra o racismo em suas várias dimensões. Aliás, nunca é demais lembrar que o racismo está disseminado por toda sociedade brasileira, quer de forma difusa, quer de um jeito sutil. O fato é que nenhum negro/a está livre dele.

Somente somando forças de muitos poderemos ir mais longe para combatê-lo e superá-lo, dentro e fora da universidade, como sabiamente alerta o provérbio africano que abre esta apresentação como epígrafe.

Axé Nguzo!

Boa leitura.

Os organizadores,

Prof. Dr. Otair Fernandes de Oliveira
Coordenador LEAFRO

Prof. Ms. Ricardo Dias da Costa
Vice-Coordenador LEAFRO

